



POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DIRETORIA GERAL DE OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA
DEPARTAMENTO DE REPRESSÃO AOS CRIMES PATRIMONIAIS
NI/DEPATRI

Ofício nº 002/2019

Recife-PE, 12 de fevereiro de 2019.

Ref. Cadastro Usuário Internet

Procedimentos nº 09902.9008.000446/2016-1.3 e
09902.9008.000612/2016-1.2

AO

ILMO. SR.

DIRETOR DA CLARO S.A.

(VIA EMAIL: oficios.juridico@claro.com.br)

Ilmo. Sr. Diretor,

A **POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pela Autoridade Policial subscritora, com fulcro no artigo 144, § 4º da Constituição Federal, artigo 103 da Constituição Estadual, artigo 4º e seguintes do Código de Processo Penal, e artigo 1º, parágrafo único da Lei 9296/96, vem por intermédio deste, solicitar os **DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/CLIENTE DO PROVEDOR DE INTERNET CLARO**, conforme motivos de fato e de direito abaixo apresentados.

DO FATO:

Através de técnicas computacionais e de Inteligência, apurou-se a existência de um usuário, do Provedor CLARO, cometendo infrações ao sistema penal brasileiro, enquanto faz uso da rede mundial de computadores (Internet).

Os agentes de polícia avançaram até a identificação dos IPs vinculados ao usuário, porém, a partir daí é necessário que Vossa Senhoria, através do departamento competente, nos informe os **dados cadastrais** do cliente para que possamos tomar as demais providências de Polícia Judiciária.

DA SOLICITAÇÃO

À luz da Lei nº 12965/2014 (Marco Civil da Internet no Brasil), Art. 10 e Art. 10.º 3º combinado com a Lei nº 12.830/2013, **REQUISITAMOS** que a V. Senhoria nos forneça os **DADOS CADASTRAIS DO USUÁRIO/CLIENTE** que utilizou a conexão de internet nos dias e horário conforme tabela abaixo: